

# Escola e cultura negra: um desafio a ser superado

Dediane Alves Silva Miranda\*

Leonardo Lacerda Campos\*\*

Yuri Miguel Macedo\*\*\*

## Introdução

O interesse em desenvolver esse estudo está diretamente atrelado à incipiência no tangente dos debates que cercam as relações raciais e a educação, uma vez que, a maioria dos/as alunos/as negros/as se sentem desestimulados e/ou desacreditados principalmente no tocante à sua identidade.

Esta pesquisa tem como mote fomentar a importância do reconhecimento e da valorização da cultura negra no meio escolar, de modo que, a mesma interfere direta ou/ indiretamente no desenvolvimento (intelectual, social, cultural e físico) do aluno.

---

\* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Graduada em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná-UNOPAR. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. Especialista em Educação e Diversidade Étnico-Cultural-UESB.

E-mail: deyde\_sol@yahoo.com.br

\*\* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e Mestre pelo mesmo programa. Pesquisador do GPPES e do DIS/ UNICAMP. Docente da Faculdade Nossa Senhora de Lourdes-FNSL. Professor Efetivo da Rede Municipal de Ensino de Porto Seguro – BA.

E-mail: leo.lacerda.campos@gmail.com

\*\*\* Pesquisador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Professor no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), atua nos seguintes temas: Identidade, Cultura, Classe, Gênero, Educação Inclusiva, Educação, Devoções, Transversalidade, Africanidades e Ancestralidade. Coordenador do Grupo de Pesquisa Educação Transversal (UFES) e do Grupo de Pesquisa Erê-Ecoa (UFES). É pesquisador associado ao Grupo de Pesquisas em Linguagens, Poder e Contemporaneidade (IFBA); Espaços Deliberativos e Governança Pública (UFV/CLACSO) e Educação para as relações étnico-raciais, territorialidades e novas mídias (UFES). Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Société Internationale d'Ergologie (SIE) e Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS).

E-mail: yurimacedo@csc.ufsb.edu.br

Ao falar de cultura é muito comum observarmos a maneira pela qual existe uma supervalorização da cultura branca, como padrão a ser seguido, enquanto as culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas estão/são marginalizadas e invisibilizadas. Desse modo, é importante pontuar que a nossa sociedade buscou historicamente estabelecer um padrão, sobretudo estético e cultural a ser seguido, padrão este eurocêntrico e em contrapartida negamos e silenciemos as culturas africana, afro-brasileira e indígena. A essas, o espaço construído nas subjetividades dos sujeitos é o da inferioridade. É preciso repensar e rediscutir questões relacionadas às contribuições da cultura africana na formação do povo brasileiro, uma vez que suas contribuições estão presentes em toda cultura expressa no país.

Atualmente podemos evidenciar a luta contínua contra a opressão e discriminação do negro e de sua cultura. Um dos grandes desafios para nossa sociedade é refletirem e tecerem perspectivas críticas no que diz respeito às desigualdades no campo das relações raciais que nos são apresentadas como naturais. O principal caminho para promover uma mudança nessa perspectiva é combater o racismo por meio da educação, visto que a escola é um ambiente onde as diferenças étnico-raciais e culturais se fazem presentes constituindo-se num espaço propício para o resgate e valorização da cultura africana e afro-brasileira e de outras culturas que historicamente foram marginalizadas, negadas e/ou silenciadas em nossa sociedade.

Desenvolvemos esse estudo em uma perspectiva qualitativa, acionamos a pesquisa bibliográfica como instrumento metodológico, cujo desenvolvimento se deu por meio de estudos de pesquisas já realizadas por vários autores, com suas referências preservadas. Nesse sentido destaca Gil (2002, p. 44), pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Assim, o instrumento de coleta de dados será uma consulta com base em artigos científicos, livros, dissertações e teses. Esse estudo foi estruturado em quatro (4) partes: Na primeira, apresentamos os aspectos teóricos sobre a importância do reconhecimento e da valorização da cultura negra no ambiente escolar. Na segunda parte, enfatizamos o processo de escolarização e a luta por uma educação antirracista. Na terceira parte, a formação docente e os desafios para a implementação de práticas pedagógicas antirracistas. E na quarta parte finalizamos com as considerações finais.

## **A importância do reconhecimento e da valorização da cultura negra no Contexto Escolar**

A cultura de um povo é transmitida de geração em geração perpetuando assim seus valores, hábitos e conhecimentos de um povo. A palavra cultura é uma palavra que

tem vários significados, oriundos dos conhecimentos e saberes de forma geral. Buscar uma definição para o termo cultura não é tarefa fácil, segundo Macedo (2008, p. 91) “[...] cultura não é só arte, cultura são valores, posturas, hábitos, lugares, conhecimentos, técnicas, identidades comuns e diversas, conceitos, saberes e fazeres múltiplos”.

O Brasil é um país rico em diversidade cultural, agregada a diversos povos que trazem consigo seu patrimônio cultural. Neste sentido, ao direcionar os aspectos e hábitos da sociedade brasileira, observa-se uma grande influência de diversos grupos culturais e, podemos citar em especial os diferentes grupos de origem africana.

Vale salientar que para se falar sobre cultura Afro-brasileira não poderia deixar de mencionar a história do negro no Brasil, acompanhada por um processo de violência e desumanização. O período da escravidão na América, e aqui estamos nos referindo a escravidão implementada nas terras brasileiras, esteve ancorado na exploração total da mão de obra escravizada e que tinha como finalidade a geração de riqueza para os seus senhores.

É nesse contexto que pontuamos que a escravidão no Brasil engloba também as populações indígenas. Isso porque os indígenas foram obrigados a produzir força de trabalho para estabelecer os interesses coloniais, como: trabalhar nas pequenas lavouras e participar dos combates para conter os escravizados africanos que fugiam dos senhores.

Essa sustentabilidade econômica que visa a exploração do trabalho escravo estava acompanhada de maus tratos e condições degradantes. Isto porque os escravizados africanos eram violentados de todas as formas, retirados do seu mundo, da sua liberdade, da família, eram obrigados a adquirir outra identidade, além da desumanização no tocante ao desenvolvimento do trabalho, podemos ainda pontuar a condição de animalização que foram submetidos, além disso, o estupro presente nas relações de poder entre senhores e escravizadas, os castigos físicos e psicológicos permanentes. Contudo, por mais de três séculos os escravizados estabeleceram uma série de mecanismos de resistência, fugas para locais de difícil acesso, onde estabeleceram a criação de Quilombos, além disso, podemos destacar as rebeliões contra senhores, bem como a prática de suicídios.

Nesse contexto, os movimentos de resistência entrelaçados com o apoio dos abolicionistas que defendiam o fim do sistema escravocrata por acreditar que o mesmo era responsável pelo atraso econômico do país, bem como era considerado um entrave para a implementação do processo industrial, assim, várias Leis foram criadas e homologadas a fim de estabelecer a transição do trabalho escravo para o trabalho livre,

de modo que não ocorresse uma ruptura drástica, mas sim um processo lento que de preferência não ocasionasse prejuízos aos senhores.

Podemos pontuar como base desse movimento de transição a Lei Eusébio de Queiroz de 1850 que proibiu o tráfico negreiro, a Lei do Ventre Livre de 1871, a Lei do açoitamento de 1886 e, por fim, a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888. Segundo Campos (2018, p. 42) “[...] a escravidão é o marcador social do ser negro no Brasil e para, além disso, os seus descendentes amargam ainda uma abolição malsucedida que não foi capaz de promover a sua total integração”. Nessa perspectiva, Clóvis Moura (1988, p. 65) faz a seguinte reflexão:

De um lado, os negros egressos das senzalas não eram incorporados a esse proletariado nascente, por automatismo, mas iria compor a sua franja marginal, de outro, do ponto de vista ideológico, surgia, já como componente do comportamento da própria classe operária, os elementos ideológicos de barragem social apoiados no preconceito de cor. [...] O negro e outras camadas não-brancas não foram, assim, incorporados a esse proletariado incipiente, mas foram compor a grande franja de marginalizados exigida pelo modelo do capitalismo dependente que substituiu o escravismo.

Vale salientar que o povo africano trouxe consigo sua alegria e culturas. Pensando assim que, segundo os relatos de autores como Munanga (1988), Gomes (2001), os negros trouxeram para o Brasil sua diversidade cultural, como: dança, culinária, música dentre outros. Um desses relatos é apresentado por Araujo que define:

Penso, por fim, na ambigüidade desta nossa história de que são vítimas os negros, numa sociedade que os exclui dos benefícios da vida social, mas que, no entanto, consomem os deuses do candomblé, a música, a dança, a comida, a festa, todas as festas de negros, esquecida de suas origens. E penso também em como, em vez de registrar simplesmente o fracasso dos negros frente às tantas e inumeráveis injustiças sofridas, esta história termina por registrar a sua vitória e a sua vingança, em tudo o que eles foram capazes de fazer para incorporar-se à cultura brasileira [...] (ARAUJO, 2007, p. 5).

Segundo o autor, o negro, mesmo sofrendo tamanha crueldade, foi capaz de estabelecer instrumentos de resistência para a manutenção da sua cultura, tradições e crenças. Isto remete à grande diversidade cultural deste povo que lutou e luta por seus direitos sociais, culturais e acima de tudo pelo acesso à cidadania, diante de séculos de exclusão social. Vale salientar que o negro na condição de escravizado era proibido de

frequentar escolas e quando livres eram rejeitados, como bem destaca Campos (2018, p. 104):

O Decreto nº 1.331 de fevereiro de 1854, em especial os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 69, que tinha a seguinte finalidade: “Não serão admitidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas”. No parágrafo primeiro, negava-se a entrada de meninos doentes. Já o segundo parágrafo, apontava que aquelas crianças não vacinadas, não poderiam ser matriculadas e o terceiro parágrafo, proibia a entrada de quaisquer escravos nas instituições escolares. Visivelmente o 1º e 2º parágrafo, se remete aos escravizados, uma vez que, eram eles os maiores contaminados por doenças contagiosas, tinham menos acesso a vacinação, sendo os excluídos em sua totalidade de direitos advindos do Estado.

Diante do exposto, podemos pontuar e afirmar que o Estado brasileiro historicamente utilizou uma série de instrumentos a fim de impossibilitar o acesso à educação dos escravizados e, por conseguinte dos seus descendentes. Contudo, os Movimentos Negros travaram e continuam travando lutas por meio de cobranças no campo jurídico para que venham permitir a inserção do negro ao acesso e permanência nos espaços escolares em toda Educação Básica e no Ensino Superior com vitórias expressivas na construção e elaboração de Políticas Públicas de Ações Afirmativas, a exemplo podemos destacar a Lei 10.639/2003 que tornou obrigatório o Ensino de História da África e da cultura Afro-brasileira nas unidades escolares sejam elas públicas ou privadas, bem como a Lei nº 12.711/2012<sup>1</sup>, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em meio a essa resistência, os Movimentos Negros conseguiram vitórias importantes no campo político, sobretudo a partir da década de 1990. Entre as suas demandas, algumas conseguiram êxito, como exemplo a ser citado, destacamos a aprovação das Políticas de Ações Afirmativas para a população afro-brasileira, por meio da Lei nº 10.639/2003, além de instituir a reserva de vagas para alunos negros nas Universidades Federais (CAMPOS, 2018, p. 109).

A partir desse contexto que a Lei 10.639, de 2003, que altera a Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em toda Educação Básica, seja em instituições públicas ou privadas. Para Gonçalves (2011) a referida lei possibilitou a

---

<sup>1</sup> Segundo a Lei nº 12.711/2012 quem têm direitos as cotas: Os alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para concorrência.

compreensão da importância dos movimentos negros para reafirmar, sobretudo os direitos a educação e a cultura negados historicamente.

Vale ressaltar a importância das leis supracitadas como base para as lutas contra a exclusão racial imposta pela sociedade brasileira excludente e desigual. Sendo assim, a implementação do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira tem como finalidade conduzir uma educação que preze pelo respeito às diferenças, o fomento da igualdade e o combate a qualquer tipo de discriminação no âmbito escolar, além de avivar o desenvolvimento de uma educação antirracista.

É oportuno destacar que o espaço escolar ainda é tido como uma das principais instituições de formação social e da construção do saber do indivíduo, portanto os trabalhos com as problemáticas sociais devem estar a todo o momento atrelado ao conhecimento difundido de tal modo que a escola é um ambiente propício para relações sociais.

A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas podem ser superadas (GOMES, 2003a, p. 77).

A escola é um ambiente diversificado, onde estão difundidas as mais diversas culturas, religiões e etnias. Tornando-o também um ambiente de exclusão e vivências preconceituosas. Isto remete um grande desafio, pois muitas crianças negras negam sua identidade e sua cultura. É difícil para criança vivenciar aulas de História que não valorizam sua identidade, aulas que por vezes são lecionadas de forma acrítica, sem valorizar o negro no processo de construção da história, estando este num plano secundário, assumindo um papel de passividade e sem resistência, sobretudo quando fazem alusão ao sistema escravagista.

Dá-se a impressão que o africano nunca lutou pela própria liberdade, e frequentemente reforça-se esse estereótipo com a alegação de que o negro veio aqui para suprir a necessidade de mão-de-obra provocada pelo amor à liberdade e consequente inadaptabilidade do índio ao regime escravista (NASCIMENTO, 2001, p. 119).

Descartar a influência do negro no processo de formação do povo brasileiro, bem como sua importância para o crescimento do Brasil, acaba por deixar de contemplar as

crianças negras, afinal “uma criança negra faz parte da cultura negra. Às vezes o pertencer de uns é menos envolvente que o de outros, mas todos fazem parte dessa cultura” (CAVALLEIRO, 2001, p. 174).

É nesta perspectiva que os debates acerca das diferenças culturais, raciais, religiosas, devem estabelecer o princípio do respeito mútuo dentro do ambiente escolar, proporcionando um diálogo entre os mais variados campos dos conhecimentos. Porém, estes assuntos devem ser encabeçados pela História, Literatura, Artes, sem prejuízos das demais disciplinas que contemplam o currículo escolar como está posto na própria Lei 10.639/2003, logo que está dentro do ambiente escolar é coerente tratar das mais diferentes culturas, dos mais diferentes povos.

Essas discussões contribuem direta e/ou indiretamente na formação dos sujeitos, de forma que o mesmo possa pensar e questionar o processo cultural e excludente que foram submetidos. Sendo assim, os/as alunos/as dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental necessitam dessa base para construir um conhecimento crítico e reflexivo acerca do reconhecimento e da valorização da cultura negra.

## O Processo de Escolarização e a luta por uma educação antirracista

A escola é um espaço em que se propaga a socialização do conhecimento e da cultura, sendo assim, esse âmbito entrelaça por diversas representações sociais e culturais. Mas, o público negro presente nas escolas, em especial nas públicas, são alvos de representações negativas, como relata Gomes (2001, p. 87): “[...] é preciso considerar que a escola brasileira, com sua estrutura rígida, encontra-se inadequada à população negra e pobre desse país. Nesse sentido não há como negar o quanto o seu caráter é excludente”.

Diante do exposto, podemos pontuar que no decorrer da história os negros foram excluídos dos setores básicos para a inserção e/ou inclusão social, como a educação, saúde e entre outros. De acordo com Gomes (2001) o povo negro é marcado por lutarem pelo seu direito, de ter um ensino digno para seus filhos e suas filhas. Essa luta é constante, uma vez que os negros ainda são minorias nas grandes esferas sociais.

O fator social vem sendo pesquisado e apontado como um dos determinantes para o baixo desempenho escolar em crianças negras, já que essa parcela da população está desproporcionalmente entre os mais pobres do país. Pretos e pardos representam pouco menos da metade da população do Brasil, mas estão entre os 60% dos mais pobres (RODRIGUES, 2018, p. 2).

Diante de tal informação, ao pensar nessa maioria minorizada que buscaram criar uma ideologia de “democracia racial”, onde se constituiu a ilusão de igualdades para todos os cidadãos brasileiros. Mas, quem são esses cidadãos? São brancos ou negros? Ao analisar essas perguntas observamos a subjetividade da falsa democracia racial, como relata Fernandes (2007), ao se referir às relações entre brancos e negros no Brasil, utiliza a expressão “mito da democracia racial”, aqui optamos por utilizar ideologia em substituição ao termo “mito”, uma vez que, para o africano o mito tem uma singularidade atravessada pela memória, mito é vida, é possibilidade, é esperança e no Brasil, temos utilizado essa terminologia em uma perspectiva negativa, principalmente do falsear.

Essa ideologia da democracia racial pode ser compreendido como “[...] uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre os dois grupos raciais uma situação de igualdade e de oportunidade e de tratamento” (GOMES, 2005, p. 57).

Para Campos (2018, p. 71), a expressão “democracia racial” só se fez presente na década de 1950.

Diante dos argumentos sobre a miscigenação, branqueamento e, por conseguinte a configuração da ideia que pairava nas mentalidades, na qual o Brasil estava inserido em um modelo de democracia racial, embora a partir de 1950 este último termo passou a ser questionado e combatido por meio dos estudos realizados e orientados por Roger Bastide, Florestan Fernandes e outros intelectuais da época, procuraram romper com tal pensamento. Assim, consideramos que poderia até existir uma relação amistosa entre brancos e negros se comparado com países onde a segregação racial era institucionalizada, porém, esse negro não estava totalmente integrado em nossa sociedade, tendo em vista a real ausência destes no poder, bem como nos espaços ditos privilegiados e ocupados na sua imensa maioria por brancos.

Por isso, é necessário propor as discussões acerca da igualdade social, cultura, gênero e raça nas instituições escolares, para que os membros que compõe esse núcleo possam construir a concepção de igualdade e equidade.

Essa discussão ajuda a desvendar o rosto do racismo. Os efeitos da prática racista são tão perversos que, muitas vezes, o próprio negro é levado a desejar, a invejar, a introjetar e projetar uma identificação com padrão hegemônico branco, negando a história do seu grupo étnico-racial e dos seus antepassados (GOMES, 2001, p. 93).

Segundo a autora, o negro sofre com diversas violências ao adentrar o mundo “embranquecido”. Contudo, esse posicionamento do negro diante do branqueamento, por muitas vezes, é causado pelo posicionamento da própria sociedade, ou seja, ou o cidadão entra nas normas ou o mesmo terá dificuldade para penetrar, integrar a sociedade. Essa situação aparece com muita frequência no mercado de trabalho, na escola, igreja e entre outros.

Quando se trata de analisar a atual situação dos descendentes de africanos, o racismo, a invisibilidade do negro na política e nos cargos de poder, as diferentes formas de discriminação na escola e na sociedade, essa mesma herança não é levada em consideração (GOMES, 2001, p. 93).

Partindo dessa perspectiva, observamos o quanto o indivíduo negro tem dificuldades para acessar e conseguir aceitabilidade no meio social. Isso porque o negro carrega consigo a marca do preconceito racial, ou seja, quando o indivíduo apresenta características negróides, esse sujeito tende a ter dificuldades para ocupar espaços que são considerados pela “elite embranquecida” lugares sociais pertencentes aos brancos como nos apresenta Nogueira (1998, p. 243) “[...] o preconceito de cor ou de marca racial tende a coincidir com ele, em vista da concentração dos portadores de determinadas marcas raciais em certas camadas da sociedade”.

Marcas estas diretamente associadas ao fenótipo, ao cabelo, as vestimentas, a pigmentação da pele que serve inclusive como instrumento do racismo estrutural que nos acompanha, uma vez que, são essas marcas que, servem para o impedimento de negros/as ao mercado de trabalho, principalmente no tocante ao acesso a cargos considerados de lideranças, além disso, essas marcas produzem baixos salários, desempregos e conseqüentemente a perpetuação das desigualdades sociais e econômicas.

O racismo no Brasil está acompanhado pela própria negação do racismo. E essa concepção torna-se “naturalizada” a partir do momento que essa negação sobressaia diante da circunstância social que o cidadão está envolvido. Essa é uma realidade que se perpassa pelo vasto campo social. Infelizmente, o povo negro é submetido a essas normas, pois necessita sobreviver ao posicionamento imposto pela sociedade brasileira como reafirma Gomes (2003a, p. 171) “[...] construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar a si mesmo”.

Por isso, podemos evidenciar que a escola é o campo fértil para um processo responsável pela transformação, uma vez que, se de fato trabalharmos ancorados na verdadeira história dos negros no Brasil, apresentando as mazelas produzidas pelo Brasil Colônia, Império e República, e a maneira pela qual o Estado brasileiro esteve omissivo, principalmente quando pensamos e/ou analisamos a não inclusão dos “ex-escravizados” à sociedade, evidenciaremos a marginalização do povo negro, inclusive como um projeto de nação que buscou acima de tudo o branqueamento da sua população.

Desse modo, é preciso construir uma identidade negra historicizando o seu percurso e a maneira como este foi sendo controlado, moldado e estabelecido no campo da marginalização e subserviência, mas como a educação é composta de elementos e mecanismos capazes de estabelecer a valorização da cultura, bem como da identidade de negros/as elevando a autoestima dos/as alunos/as negros/as e estabelecendo um espaço de respeito pelas diferenças, para Gomes (2003b, p. 171) “[...] a identidade negra é entendida como uma construção social, histórico, cultural e plural”.

Nesse sentido, ao pensar no meio escolar, supomos que este ambiente esteja preparado para garantir o embasamento da cultura e da identidade do povo negro, pois “[...] é no âmbito da cultura que definimos as identidades sociais” (GOMES, 2003b, p. 171). Sendo assim, falar de cultura negra é falar de “nós” é, falar de nossa ancestralidade e falar da diáspora negra que contribuiu diretamente na formação cultural e social do país.

Segundo Gomes (2003b, p. 79) “[...] a cultura diz respeito à: consciência cultural, à estética, à corporeidade, à musicalidade, à religiosidade, à vivência da negritude, marcadas por um processo de africanidade e recriação cultural”, nesse contexto a escola passa a ser um núcleo político que envolve questões sociais, como relata Ferreira (2011, p. 28) a “[...] escola tende a funcionar como um instrumento de um determinado poder político-cultural e é tanto mais eficaz quanto se conjuga com uma ampla dinâmica social e política”.

A escola na sua concepção política, social e cultural, necessita ser uma parceira contra o preconceito racial e cultural, precisa assumir a responsabilidade de um ambiente que produz e reproduz relações sociais e tem a função de auxiliar os alunos de forma acolhedora para construção da cidadania, com o objetivo de garantir os direitos humanos contidos na Constituição Federal de 1988 a qual afirma que atentar violentamente contra a criança e adolescente é atentar contra a dignidade da pessoa

humana, cujos direitos fundamentais estão garantidos pela Constituição Federal, como prevê o seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p. 65).

Se faz necessário acentuar que a escola é mecanismo importante para socializar a cultura negra com os indivíduos que frequentam este ambiente. Contudo, não é bem assim que acontece. As escolas apresentam dificuldades para se relacionarem com as culturas negras, pois sua concepção poderá estar ligada a ideologia eurocêntrica, onde sobressaia o pensamento elitizado, como sinaliza Campos (2018, p. 31):

[..] é importante pensarmos na resistência encabeçada por parte dos professores, direção, coordenação, alunos, pais, bem como a própria estrutura dos conteúdos e a elaboração dos materiais didáticos, apresentando lacunas sobre a referida temática.

Essas dificuldades mencionadas podem estar atreladas no processo de formação de professores. Vale pontuar que durante a graduação muitos docentes não tiveram acesso à informação sobre a história Africana e Afro Brasileira e isso dificultou e dificulta a mediação entre o conhecimento teórico com a práxis. Por isso, que são fundamentais os cursos e projetos continuados que ressalvam os conhecimentos que enfatizam a valorização social, cultura e política e religioso do povo negro. Nessa perspectiva, destaca Gomes e Jesus (2013, p. 31):

Os conhecimentos dos próprios docentes sobre as relações étnico- raciais e sobre História da África ainda são superficiais, cheios de estereótipos e por vezes confusos. O grupo de discussão com os/as estudantes foi revelador de tal situação. Os/as estudantes demonstraram de maneira geral que o trabalho envolvendo a Educação das Relações Étnico-Raciais tem conseguido alertá-los, sensibilizá-los, informá-los sobre a dimensão ética do racismo, do preconceito e da discriminação racial, mas lhes oferece pouco conhecimento conceitual sobre a África e sua inter-relação com as questões afro-brasileiras.

Conhecer a africanidade e a negritude não são tão interessantes devido à ideologia eurocêntrica enraizada na sociedade, uma vez que vêm agregadas com os seus conhecimentos e crenças, como enfatizam os autores Gomes e Jesus (2013, p. 31) “algumas práticas pedagógicas desenvolvidas pelas escolas revelaram-se pautadas em interpretações dogmáticas de cunho religioso, demonstrando a presença da intolerância religiosa”.

Salutamos que ainda são insuficientes as iniciativas do corpo docente para aderir aos conhecimentos específicos acerca da cultura negra. Essas indisposições podem estar interligadas com as crenças, não aceitação do “diferente”.

Entende-se crenças como as proposições, premissas que as pessoas têm sobre aquilo que consideram verdadeiras. As crenças, ao contrário do conhecimento proposicional, não necessitam da condição de verdade refutável, e cumprem duas funções no processo de aprender a ensinar. Em primeiro lugar, as crenças influenciam a forma como os professores aprendem e, em segundo lugar, influenciam os processos de mudança que os professores possam aceitar (GARCIA, 2009, p. 15).

Foi nesse contexto que o autor sinaliza que o “entender e interpretar” as crenças é fundamental para correlacionar esses conhecimentos “Culturais” no contexto escolar. E o professor tem um papel importante de produzir conhecimentos para, então, quebrar tabus que idealizam o negro como subalterno e oprimido. Vale pontuar que o posicionamento do docente poderá interferir de uma forma negativa ou positiva no processo de aprendizado acerca da cultura negra. Portanto, desejamos:

[...] remodelar a educação do professor enfocando-a como um projeto político, como uma forma de política cultural que defina os futuros docentes como intelectuais responsáveis pela criação de espaços públicos onde os alunos possam debater, assimilar e adquirir o conhecimento e as habilidades necessárias a lutas rumo à concretização de um mundo mais justo e humano (GIROUX; MCLAREN, 2009, p. 140).

A formação continuada é de suma importância para desconstruir conceitos racistas enraizados, bem como sinalizar práticas racistas, que por vezes são naturalizadas. Flertando com tal reflexão, Gonçalves (2011, p. 23) destaca o artigo 2º da Lei 10.639/2003, que por sua vez, “[...] impõe aos cursos de capacitação docente e participação de entidades do “movimento afro-brasileiro”, das universidades e de outras instituições de pesquisa pertinente à matéria”.

Segundo o autor, o artigo 2º está acompanhado de dois momentos: o primeiro, a prática pedagógica como mecanismo de abordagem positiva acerca da valorização da cultura afro, bem como, o posicionamento e a responsabilidade do professor em estudar, pesquisar e se apropriar de conhecimentos específicos sobre a história do povo africano. O segundo momento é participar dos movimentos negros na luta do reconhecimento cultural e humanizado dos povos negros, visto que, esse movimento simboliza a resistência contra qualquer tipo de ações que diminua a importância da formação cultural do sujeito negro.

Por isso, a Lei 10.639/2003 visa contribuir com o reconhecimento e respeito da diversidade cultural e social. Sendo assim,

Não podemos negar que a oficialização do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo da rede pública de ensino do país é um marco no sentido de introduzir na educação brasileira a valorização de nossa história e a participação de outras culturas, além da europeia. Entretanto, a essa demanda acrescentada na LDB cumpre também a tarefa de fortalecer e promover a reconstrução das relações étnico-raciais no ambiente escolar em todo o país (SILVA et al., 2010, p. 7).

Nesse sentido, podemos apontar que o currículo escolar se torna uma peça fundamental para correlacionar os conteúdos programáticos da cultura negra no âmbito escolar. “É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raízes europeu por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial e social e econômica brasileira” (BRASIL, 2004, p. 17).

A partir desse contexto, defendemos que o espaço escolar em uma dinâmica curricular, enfatize uma educação antirracista onde preconize o respeito humanizado, como reafirma Gomes (2001, p. 89) “[...] é tarefa da escola que quer cidadã e, por isso mesmo, não pode deixar de incluir a questão racial no seu currículo e na sua prática”.

Portanto, é essencial problematizar as questões que evidenciam a valorização do povo negro e sua cultura, para então, construir mentes pensantes que instaure a produção do verdadeiro significado do respeito à diversidade e as diferenças culturais, como afirma Munanga (2002, p. 82), “[...] uma identidade de resistência, que resulta de uma cultura de resistência”.

## A Formação Docente e os desafios para a implementação de práticas pedagógicas antirracistas

O professor é uma fonte importante para estabelecer uma parceria entre a educação e a cultura negra. Isso porque em seu cotidiano escolar se depara com vários contextos sociais presentes em sala de aula. Por este motivo, a sua conduta pedagógica é de suma importância para elaboração de práticas pedagógicas que possibilitem melhor desenvolvimentos para com os alunos negros, que por muitas vezes são estigmatizados por uma sociedade excludente que visa os seus próprios ideais, deixando de lado o mais importante que é o “Respeito à integridade Humana”.

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. (...) Sou professor a favor da liberdade (...) sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação (...) sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo (FREIRE, 1996, p. 103).

Diante da reflexão de Freire, se faz necessário a tomada de consciência por parte dos docentes no tocante à composição das salas de aulas, principalmente da escola pública, quando temos o recorte racial de maioria negra, composta pelas diferenças que de fato requer a instauração de novas metodologias que possibilitem o estabelecimento de uma educação antirracista capaz de aguçar a autoestima dos/as alunos/as negros/as e do mesmo modo proporcionar as/os alunas/os não negros/as a despertarem e materializarem o dispositivo do respeito pelas diferenças que compõem não só as nossas salas de aulas, mas também a nossa sociedade.

Contudo, é necessário trabalhar na perspectiva da compreensão de como se configuram as culturas africanas e afro-brasileiras no olhar de uma criança negra e não negra, jovens e adultos, para então, desconstruir visões estereotipadas acerca dos africanos e afro-brasileiros. É nesse contexto que a prática pedagógica se torna uma ferramenta importante para relacionar professores/alunos, pois através dessa relação, que se constroem laços afetivos que poderão auxiliar o aluno no seu aprendizado e na sua autoestima. Portanto, é por meio das práticas que o aluno poderá desconstruir discursos e ideologias racistas, inclusive naturalizadas socialmente.

Partindo do pressuposto que o diálogo é um requisito fundamental para nutrir relações sociais que poderá enfatizar o respeito humanizado, isso porque, para Freire (2005, p. 91).

[...], o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes.

Partindo dessa concepção que sinalizamos, o diálogo como fonte principal para intercalar com as práticas pedagógicas, haja a vista que, sem a mesma o educador e educando não poderão construir relações sociais. Entretanto, por meio do diálogo que o educador poderá auxiliar as crianças negras em diversas áreas: sentimental, social e cultural. Isso porque, historicamente, muitas crianças negras ao adentrarem o espaço escolar, foram e continuam sendo submetidas a tratamentos cruéis que por vezes são naturalizados, a saber: a falta de atenção do professor, as questões envolvendo os laços afetivos, os desrespeitos imputados a identidade e religiosidade, a exclusão de alunos/as negros/as de protagonistas das atividades comemorativas.

A diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural como ponto de chegada. Escola autônoma significa escola curiosa, ousada, buscando dialogar com todas as culturas e concepções de mundo. Pluralismo não significa ecletismo, um conjunto amorfo de retalhos culturais. Significa, sobretudo diálogo com todas as culturas, a partir de uma cultura que se abre às demais (GADOTTI, 2001, p. 386).

Vale salientar que é no meio escolar que se ouvem vários relatos de alunos que sofrem com essa realidade supracitada e, conseqüentemente esses transtornos sentimentais poderão causar traumas irreversíveis. Portanto, o posicionamento da instituição escolar e do corpo docente é de suma importância para realizar um giro epistemológico capaz de promover o rompimento com as desigualdades raciais e estabelecer um paradigma edificado nas bases antirracistas e promotor de equidade social.

O que podemos notar diante desse estudo é que a história brasileira foi constituída de fatos que ressalvam a exclusão do povo negro no ambiente escolar. Isso porque, o

direito de estudar foi negado por décadas. O que levou a uma intensa desigualdade social, principalmente no que se refere à cultura e ao posicionamento dos negros na sociedade brasileira.

A escola representa um mecanismo de relação entre os meios culturais e padrões sociais. Contudo, a escola transmite e camufla padrões elitizados que omitem a valorização dessas culturas, conforme Munanga (2005, p. 15) “Somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos em função desta, reproduzir conscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade”. Nesse contexto que os autores Gomes e Jesus (2013, p. 22) pontuam:

Para avançar na compreensão do desenvolvimento da política antirracista na educação por meio da implementação da Lei 10.639/2003 e suas Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como conhecer seus limites, saber ações e opiniões de gestores, docentes e estudantes, faz-se necessário mapear e analisar as práticas pedagógicas que vêm sendo realizadas e ouvir os principais sujeitos desse processo.

Nessa perspectiva a Lei 10.639/2003 torna-se relevante a partir da consolidação da valorização da cultura africana em todas as suas essências e particularidades. Aliás, esse conhecimento é fundamental para enfatizar saberes pedagógicos que podem estimular práticas pedagógicas que sobressaem a valorização da cultura negra.

Isto posto, o docente poderá estabelecer práticas pedagógicas que proporcionarão as buscas de conhecimentos e descobertas sobre os fatos históricos africanos, construindo assim, saberes importantes para romper com as práticas racistas e discriminatórias contra o povo negro e suas distintas culturas.

As escolas inseridas num contexto mais afirmativo e com processos mais democráticos de gestão revelaram-se realizadoras de práticas de Educação das Relações Étnico-Raciais envolventes, mais enraizadas e sustentáveis (GOMES; JESUS, 2013, p. 30).

O envolvimento das instituições escolares com temáticas que evidenciam eventos que promovam formação continuada para auxiliar os docentes nos seus conhecimentos é indispensável e indissociável, tendo em vista que para se obter um resultado plausível acerca da interação da cultura afro-brasileira nos parâmetros escolares é necessária essa interação entre ambos.

Vale pontuar que a prática interdisciplinar busca a junção de diferentes saberes, permitindo assim, uma educação emancipatória e igualitária.

A educação constitui-se como um dos principais mecanismos ativos de transformação de um povo, se levar em consideração o papel da escola, de forma democrática e comprometida com a formação do ser humano na sua integralidade, estimulando a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos distintas (CAMPOS, 2018, p. 122).

A escola é um ambiente propulsor de transformação social. Segundo Cortella (2006, p. 16) o ensino escolar precisa “garantir que as crianças tenham acesso ao conhecimento que possibilite a compreensão de sua própria realidade e seu fortalecimento como cidadão, de modo a serem capazes de transformá-la na direção dos interesses da maioria”. Desse modo, a escola se configura como instituição voltada para a construção social e cultura desse aluno.

Nas várias escolas visitadas existem projetos significativos que estão sendo desenvolvidos por coletivos de profissionais e, ao mesmo tempo, em uma mesma escola, há docentes que desconhecem esse processo histórico, não conhecem a Lei 10.639/2003 e suas Diretrizes, ou mantêm um conhecimento superficial delas, inclusive de resistência, entendendo-as como imposição do Estado ou “lei dos negros” (GOMES; JESUS, 2013, p. 30).

Essa resistência que os autores salientam poderá ter ligação com a não aceitação dos diferentes e, especificamente quando se direciona os direitos dos negros. Essa realidade atinge o “ego” das consideradas elites embranquecidas brasileiras.

Vale salientar que a comunidade negra se reafirma através de manifestações culturais que transmitem resistência contra e qualquer tipo de racismo. Sendo assim, podemos observar que a cultura negra está extremamente ligada com a identidade negra, ou seja, estão agregados aos adereços, vestimentas, estereótipos (cabelo, nariz, boca) e o empoderamento (externo como interno). Aliás, essa identidade é a marca que configura a resistência contra todo e qualquer tipo de racismo.

Sendo assim, a identidade negra se torna uma afronta contra a ideologia embranquecida que envolve a sociedade brasileira. Isso porque a cultura negra por décadas era vista em uma perspectiva negativa, como bem destaca Campos (2018, p. 106):

[...] a cultura negra, esteve vinculada à imagem depreciativa, marginalizada, desprezível, somando ainda, ao fortalecimento e investimento do processo e do projeto da miscigenação, culminou na própria negação da identidade negra, muito em virtude da construção social da inferiorização que fora projetada em meio a cultura negra.

Mesmo diante desse fato histórico, a comunidade negra não pode se omitir diante do posicionamento da elite embranquecida. A comunidade negra pode fazer uso do seu empoderamento e da sua voz ativa para desconstruir os preceitos racistas presente na sociedade.

Diante dessa realidade, observamos que esses discursos de resistência no campo escolar são acionados com mais frequência no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

As datas comemorativas ainda são o recurso que os/as docentes utilizam para realizar os projetos interdisciplinares e trabalhos coletivos voltados para a Lei 10.639/2003. Nota-se que a oficialização do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar pelo artigo 79-B da Lei 10.639/2003 tem produzido resultados diferentes. Algumas escolas já trabalhavam com essa data antes mesmo da promulgação da Lei, mas outras passaram a adotá-la após esse momento. Esse dia tem se transformado em Semana da Consciência Negra em algumas escolas e outras conseguem até mesmo estendê-lo para o mês inteiro (GOMES; JESUS, 2013, p. 30).

Segundo os autores, essas datas comemorativas são importantes para configurar diálogos que reafirmem a desconstrução do racismo estrutural presente no contexto escolar. Entretanto, se faz necessário o estabelecimento de tais abordagens ao longo do ano letivo, quando o/a professor/a poderá por meio de suas práticas pedagógicas traçarem métodos interdisciplinares que estimulem os alunos negros e não negros, a se tornarem críticos e construtivos acerca das diferenças culturais.

Diante do exposto, notamos que a luta contra essa desigualdade e discriminação, se torna um caminho árduo, porém necessário para sobressair a voz do povo negro que, por muito tempo, vem resistindo ao projeto de branqueamento, de marginalização, silenciamento e invisibilidade.

## Considerações finais

No decorrer desta pesquisa, contextualizamos as práticas educacionais que enfatizam a valorização da cultura negra no contexto escolar. Percebemos que a escola

é uma grande parceira para reafirmar a importância das diferenças culturais. Contudo, analisamos a grande dificuldade em adentrar a essas culturas no meio escolar, visto que, a falta de conhecimento e interesse dos envolvidos, divergem com a importância dos diálogos que envolvem essa temática.

As práticas educacionais são importantes para romper os preceitos discriminatórios agregados no contexto escolar, e o professor tem um papel fundamental nessa mediação entre a prática e o conhecimento, sendo necessário para combater possíveis práticas racistas em sala de aula, pois é onde se observa os maiores índices de agressões verbais e não verbais contra alunos negros. Sendo assim, o professor, ao demonstrar conhecimento sobre as temáticas voltadas para as questões raciais e a educação, poderá conduzir a materialização dos princípios norteadores da Lei 10.639/2003, com a promoção da justiça social, igualdade racial e valorização da identidade negra. Para tanto, a cultura negra fez e faz parte de toda essência brasileira e isso é fator importante para valorizar e enfatizar o respeito para com essa cultura e toda sua diversidade que aflora e enriquece a sociedade brasileira.

## Referências

ARAUJO, E. **Viva Cultura, Viva o Povo Brasileiro**. São Paulo: Museu Nacional, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Secretaria Especial de políticas de Promoção de Igualdade Racial/MEC, 2004.

CAMPOS, L. L. **Políticas Públicas de Ações Afirmativas: um estudo da implementação da Lei 10.639/2003 e as suas implicações nas Redes Municipais de Ensino de Porto Seguro – BA, Vitória da Conquista – BA e São Carlos – SP**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2018.

CAVALLEIRO, E. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, E. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CORTELLA, M. S. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FERREIRA, A. G. A Europa e a herança cultural da escola. **Revista Educação e Questão**, v. 40, n. 26, p. 10-30, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários á pratica educativa. São Paulo: Paz e terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GARCIA, C. M. Desenvolvimento Profissional Docente: passado e futuro. Sísifo. **Revista de Ciências da Educação**, Portugal, v. 8, p. 7-22, 2009.

GADOTTI, M. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo. Ática. 2001.

GIROUX, H. A.; MCLAREN, P. Formação do professor como uma contra-esfera pública: a pedagogia radical como uma forma de política cultural. In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. **Currículo, Cultura e Sociedade**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, N. L. **Racismo e anti-racismo na educação**: repesando nossa escola. In: CAVALLEIRO, E. (Org.). São Paulo: Selo Negro, 2001.

GOMES, N. L. Cultura Negra e Educação. **Rev. Bras. Educ.**, n. 23. Rio de Janeiro, maio/ago. 2003a. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782003000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000200006)>. Acesso em: 14 nov. 2019.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professore/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun., 2003b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a12v29n1.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação Anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, DF: MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. p. 39-62.

Gomes, N. L.; JESUS, R. E. de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista** [online], n. 47, p. 19-33, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000100003>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

GONÇALVES, L. A. de O. Pensar a educação, pensar o racismo no Brasil. In: FONSECA, M. V.; SILVA, C. M. N. da; FERNANDES, A. B. (Org.). **Relações Étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. p. 93-144.

MACEDO, C. A. Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil. In: BARROS, J. M. (Org.). **Diversidade Cultural**: da proteção a promoção. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 76-87.

MOURA. C. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática. 1988.

MUNANGA, K. **A criação artística negro na África**: uma arte situada na fronteira entre a contemplação e a utilidade prática. África Negra. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador/Fundação Gregório de Mattos/Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, jun. 1988. p. 7-9.

MUNANGA, K. Construção da Identidade Negra no Contexto da Globalização. In: OLIVEIRA, Iolanda de (Org.). **Relações Raciais e Educação**: temas contemporâneos. Niterói: EdUFF, 2002.

Dossiê *Cultura em foco: Enfrentamentos e reexistências das culturas marginais*

Escola e cultura negra: um desafio a ser superado

DOI: 10.23899/9786586746136.6

MUNANGA, K. **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, E. L. Sankofa: educação e identidade afrodescendente. In: CAVALLEIRO, E. S. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. 6. ed. São Paulo: Selo Negro Edições, 2001.

NOGUEIRA, O. **Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1998.

RODRIGUES, G. F. O que há por trás do fracasso escolar de crianças negras. **Revista V CEDUCE**, v. 2, 2018. Disponível em:

<[https://www.editorarealize.com.br/revistas/ceduce/trabalhos/TRABALHO\\_EV111\\_MD1\\_SA8\\_ID1331\\_21052018222337.pdf](https://www.editorarealize.com.br/revistas/ceduce/trabalhos/TRABALHO_EV111_MD1_SA8_ID1331_21052018222337.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SILVA, P. K. A. *et al.* História e Cultura Afro-Brasileira: caminhos pedagógicos abertos pela Lei Federal n 10.639/03 no combate ao Preconceito Racial. In: Encontro de Iniciação à Docência. **Anais...** 11, João Pessoa, 2010. Disponível em:

<[http://www.prac.ufpb.br/anais/xenex\\_xienid/xi\\_enid/prolicen/ANAIS/Area4/4CEDHPPLIC05.pdf](http://www.prac.ufpb.br/anais/xenex_xienid/xi_enid/prolicen/ANAIS/Area4/4CEDHPPLIC05.pdf)>.